



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

25 novembro 25

Edição nº 463

Página 1 de 15

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais	2
ADMINISTRAÇÃO Concurso Público	14
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Legislativo	15

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



GOVERNO | Leis Municipais

LEI Nº 2.420 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui o PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO e autoriza a auxílio financeiro ao produtor rural do Município de Jarinu e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO – APOIO AO PRODUTOR RURAL E INCENTIVO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL, destinado ao fortalecimento da economia rural por meio da concessão de subsídio financeiro aos produtores rurais.

§1º. A porção a ser beneficiada deverá, obrigatoriamente, estar inserida no território do município de Jarinu,

§2º. Para fins de concessão do benefício referido no “caput” deste artigo, o valor será pago por propriedade beneficiada,

§3º. O valor será fixado por meio de decreto do Poder Executivo e poderá ser atualizado sempre que necessário.

Art. 2º O pagamento aos produtores rurais será efetuado mediante rateio do valor destinado ao Programa entre os produtores regularmente inscritos.

Art. 3º O PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO objetiva:

I – Fortalecer a agricultura como atividade econômica sustentável;

II – Incentivar a adoção de boas práticas agrícolas sustentáveis;

III – Contribuir com a segurança alimentar e nutricional do município;

IV – Gerar empregos e rendas nas propriedades rurais;

V – Contribuir para a fixação das famílias no campo, evitando o êxodo rural;

VI – Contribuir com a melhoria na qualidade de vida da população rural e urbana;

VII – Preservar a história, a paisagem e a cultura do Município de Jarinu.

Art. 4º Para efeito desta Lei considera-se:

I - Agricultura: atividade econômica destinada ao cultivo de vegetais, abrangendo o preparo do solo, plantio, manejo e colheita de diversas culturas.

II – Produtor Rural: Empresário rural, proprietário ou arrendatário, pessoa física ou jurídica que explora a terra,

de maneira sustentável, com fins comerciais, por meio da agricultura e da pecuária, respeitada a função social da terra.

III – Auxílio Financeiro: subsídio financeiro concedido pelo poder público aos produtores rurais.

IV – Análise Técnica: documento gerado a partir da conferência das informações prestadas no ato da inscrição, que habilita o produtor a participar no PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO, podendo ser complementado com vistorias de campo.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro aos produtores rurais, por meio de rateio, somente em áreas efetivamente produtivas em escala comercial, no Município de Jarinu, a serem pagos conforme artigo 7º desta Lei.

Art. 6º. O valor do auxílio financeiro repassado aos produtores rurais que aderirem ao PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO, será pago anualmente, mediante a aprovação de Análise Técnica, conforme descrito no inciso IV do artigo 4º da presente Lei.

Art. 7º. Será considerado apto a receber o benefício do auxílio financeiro, o produtor rural que:

I. Utilizar práticas sustentáveis e respeito ao meio ambiente;

II. Efetuar descarte correto de embalagens de defensivos;

III. Produzir em propriedade inserida integral ou parcialmente no Município de Jarinu, desde que a área produtiva esteja na porção de Jarinu;

IV. Seja responsável pela produção, podendo ser o proprietário ou arrendatário da área, mediante apresentação da devida comprovação documental;

V. Atenda aos requisitos contidos nesta lei, no decreto que a regulamenta e no edital;

Parágrafo único. A área produtiva inscrita no PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO, não poderá apresentar sobreposição de beneficiários.

Art. 8º. A Administração Pública Municipal publicará edital de chamamento público no diário oficial convocando aos Produtores Rurais do Município de Jarinu a se inscreverem no PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO, para concorrer ao recebimento do benefício.

§1º. O Edital definirá os seguintes requisitos: critérios de seleção da produção, a qualificação dos produtores rurais aptos à participação, lista de documentos, prazos de abertura e encerramento das seleções, dentre outras informações que se julgarem pertinentes visando à melhoria contínua das atividades beneficiadas pelo PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO

§2º. Os requisitos elencados no §1º deste artigo serão estabelecidos pela equipe técnica da Secretaria de Agricultura



e Meio Ambiente e publicadas por meio de edital.

Art. 9º. No caso em que seja constatada qualquer fraude ou prática ilícita que venha a induzir ao pagamento indevido pelo PROGRAMA MUNICIPAL JARINU VIVA MAIS AGRO, o produtor beneficiado deverá ressarcir aos cofres públicos o valor integral corrigido do auxílio financeiro.

Art. 10º. As despesas previstas para a efetiva execução desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL

MARILIZA SCARELLI SORANZ
SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

LEI Nº 2.421 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a estratégia de cuidados e comunicação não violenta da política municipal pela primeira infância.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art.1º. Fica instituída a estratégia de cuidados e comunicação não violenta da política municipal pela primeira infância, denominada Cria na Paz.

§1º A estratégia de cuidados e comunicação não violenta da política municipal pela primeira infância é uma estratégia transversal e intersetorial que se destina a prevenir e romper com ciclos de violência e melhorar os primeiros anos de vida das crianças.

§2º A estratégia está focada em cuidar e proteger as crianças em primeira infância, em razão da necessária atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

§3º A estratégia está ancorada no dever do Estado em promover políticas, programas, projetos e ações para a primeira infância e na corresponsabilização e cooperação das famílias, setor privado e sociedade civil.

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - primeiríssima infância: o período que abrange a faixa etária dos 0 (zero) aos 3 (três) anos de vida completos ou os 36 (trinta e seis) primeiros meses de vida da criança;

II - primeira infância: o período que abrange a faixa etária dos primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) primeiros meses de vida da criança;

III – cuidado: atenção, trato e trabalho necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana;

IV – cuidadores: todas as pessoas que realizam o cuidado. Podendo ser integrantes da família, com ou sem laços consanguíneos; pessoas com ou sem remuneração para o cuidado e, os profissionais e agentes públicos da rede municipal que exercem a função de cuidado;

V – comunicação não violenta: uso estratégico de abordagens de comunicação para promover mudanças em conhecimento, atitudes, normas, crenças e comportamentos sem danos mentais, psicológicos e físicos;

VI - corresponsabilidade: compartilhamento de responsabilidades pelos atores sociais que possuem o dever ou a capacidade de prover cuidado na primeira infância, incluídos o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil.

Art 3º. São objetivos da estratégia de cuidados e comunicação não violenta da política municipal pela primeira infância:

I – romper os ciclos de violências dos cuidadores e melhorar os seis primeiros anos de vida das crianças;

II – extinguir agressões físicas, xingamentos e humilhações praticadas contra crianças em primeira infância;

III – promover mudança de comportamento das famílias, de outros cuidadores e profissionais que lidam com crianças em primeira infância;

IV – orientar os agentes públicos dos serviços, sobretudo das áreas da Educação, Assistência Social e Saúde, para uma atuação e comunicação mais acolhedora e não violenta;

V – criar ambientes seguros e acolhedores para o pleno desenvolvimento das crianças em primeira infância;

VI – fortalecer vínculos e a confiança entre adultos – membros das famílias, outros cuidadores, profissionais e agentes públicos – e as crianças em primeira infância;

VII – promover uma educação mais afetiva e não violenta nos seis primeiros anos de vida.

Art. 4º. A estratégia, Cria na Paz, de cuidados e comunicação não violenta da política municipal pela primeira infância, é composta por 5 (cinco) instrumentos, de naturezas distintas, interdependentes e inter-relacionados:

I – filmes e conteúdo para redes sociais;

II – materiais impressos;

III – materiais para formação;

IV – materiais para oficinas de escuta;

V – Kit de vestuário (babador, body e uniforme);



Parágrafo Único. Os instrumentos devem ser periodicamente revisados para que sejam constantemente atualizados e aprimorados, a partir dos aprendizados da sua implementação.

Art. 5º. Cabe à coordenação da Política Municipal pela Primeira Infância:

I – planejar e decidir sobre o planejamento de implementação da estratégia e seu monitoramento e mensuração de resultados;

II – garantir as articulações necessárias junto às secretarias envolvidas para que haja uma permanente mobilização para a implementação, monitoramento e aprimoramento da estratégia;

III – propor revisões visando o aprimoramento constante dos instrumentos da estratégia;

IV – promover formações permanentes, com o apoio das secretarias envolvidas, para os agentes públicos municipais que realizam o atendimento direto às famílias e crianças em primeira infância, sobretudo das áreas da Educação, Assistência Social e Saúde;

V – promover formações específicas para os educadores que aplicarão as estratégias do Cria na Paz, como as rodas de conversa com os cuidadores primários das crianças;

VI – estabelecer mecanismos de comunicação de modo que a estratégia seja amplamente divulgada para os profissionais e agentes públicos municipais que realizam o atendimento direto às famílias e crianças em primeira infância, sobretudo das áreas da Educação, Assistência Social e Saúde, e para a população em geral.

Art. 6º. Cabe aos profissionais e agentes públicos que atuam nos serviços municipais das áreas da Educação, Assistência Social e Saúde:

I – Utilizar os instrumentos da estratégia na sua rotina diária, quando pertinente;

II – Participar das ações de formação referentes a estratégia;

III – Propor melhorias nos instrumentos da estratégia, com base na sua experiência prática.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução do disposto nesta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL DE JARINU

CRISTIANE APARECIDA BUZO DE LIMA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARIA TÂNIA TAFARELO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

LEI Nº 2.422 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial por Anulação de Dotação

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 226.000,00 (Duzentos e vinte e seis mil reais), conforme descrição abaixo.

Órgão - 01 LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Executora: 01.01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Fonte 01

Aplicação 110.000

Ficha 2 – 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente184.803,01

Ficha 10 – 3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 34.338,69

Ficha 3895 – 3.390.48 – Outros Auxílios Financeiros Pessoa Física 5.665,01

Ficha 3896 – 3.3.90.49 – Auxílio Transporte1.193,29

Art. 2º. O crédito aberto terá cobertura através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão - 01 LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Executora: 01.01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Fonte 01

Aplicação 110.000

Ficha 3574 – 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria 226.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 14 de novembro de 2025.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal



MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 241 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de revisão periódica da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Jarinu e dá outras providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade de revisão periódica da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Jarinu, que servirá de base para a apuração do valor venal dos imóveis e para o lançamento dos tributos municipais que dele dependam.

Art. 2º. A revisão de que trata o artigo anterior será realizada, no mínimo, a cada quatro anos, observados critérios técnicos que reflitam a efetiva valorização ou desvalorização dos imóveis situados no território municipal, consideradas as condições do mercado imobiliário, a localização, a infraestrutura urbana do entorno e demais parâmetros tecnicamente fundamentados.

Art. 3º. A atualização da PGV deverá observar estudos técnicos e laudos elaborados por profissionais habilitados, sob a coordenação do órgão municipal responsável pela tributação.

Art. 4º. A instituição da Planta Genérica de Valores (PGV), bem como a aplicação dos critérios e parâmetros técnicos para sua respectiva atualização, serão editados em lei específica, observados os princípios da transparência, da publicidade e da justiça fiscal.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar, no que couber.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 242 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre as condições gerais para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos no Município de Jarinu; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão; institui a Taxa pela prestação de serviços de manejo de resíduos sólidos; cria

o Fundo Municipal de Limpeza Pública - FMLP, e dá outras providências

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. Esta lei disciplina as atividades de manejo de resíduos sólidos do Município de Jarinu.

Art. 2º. O Poder Público Municipal tem o dever de:

I - garantir a toda a população o acesso ao serviço público de manejo de resíduos sólidos, em condições adequadas;

II - estimular a expansão e melhoria da infraestrutura e dos serviços de limpeza urbana

em benefício da população;

III - garantir, qualquer que seja o regime jurídico de prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos, a não-discriminação entre os usuários;

IV - promover a economicidade e a diversidade dos serviços, bem como incrementar a sua oferta e qualidade;

V - criar condições para que o serviço de manejo de resíduos sólidos propiciem o desenvolvimento social do Município, reduzam as desigualdades sociais e aprimorem as condições de vida de seus habitantes;

VI - promover a integração urbana, em conformidade com as políticas estabelecidas no Plano Diretor do Município;

VII - racionalizar a gestão dos serviços, por meio da utilização de mecanismos de regionalização e coordenação da estrutura administrativa;

VIII - garantir a participação e o controle da sociedade sobre a gestão dos resíduos sólidos no Município.

Art. 3º. São princípios fundamentais da organização do Sistema de Limpeza Pública do Município de Jarinu:

I - a universalidade, a regularidade e a continuidade no acesso aos serviços de limpeza urbana;

II - a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza pública;

III - a transparência, a participação e o controle social;

IV - o incentivo aos usuários à redução de geração de resíduos;



V - o princípio do poluidor pagador;

VI - a responsabilidade pós-consumo;

VII - a autossuficiência do Município e a cooperação deste com outros municípios e entes federativos.

Art. 4º. São objetivos e diretrizes da organização do Sistema de Limpeza Pública do Município de Jarinu:

I - os estabelecidos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e no Plano Diretor do Município de Jarinu relativos aos resíduos sólidos;

II - o incentivo à coleta seletiva;

III - a responsabilização pós-consumo do produtor, pelos produtos e serviços ofertados;

IV - a individualização dos resíduos produzidos e a responsabilização de seus geradores;

V - a responsabilização objetiva dos agentes econômicos e sociais por danos causados ao meio ambiente e à saúde pública;

VI - o direito do consumidor à informação a respeito do potencial degradador dos produtos e serviços sobre o meio ambiente e a saúde pública;

VII - a promoção de padrões ambientalmente sustentáveis de produção e consumo;

VIII - a compatibilidade e simultaneidade entre a expansão urbana e a prestação dos serviços de limpeza urbana;

IX - a articulação e a integração das ações do Poder Público, dos agentes econômicos e dos segmentos organizados da sociedade civil;

X - o incentivo à inovação tecnológica e à utilização de soluções sustentáveis na gestão de resíduos.

Art. 5º. Como usuário dos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, o munícipe tem direito:

I - a uma cidade limpa;

II - à fruição permanente dos serviços de limpeza urbana prestados em regime público, com padrões de qualidade, continuidade e regularidade adequados à sua natureza;

III - de resposta, em prazo razoável, às suas reclamações dirigidas aos operadores do manejo dos resíduos sólidos;

IV - a informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços e sobre seu custeio;

V - de acesso às políticas públicas de minimização dos resíduos, de coleta seletiva e de reaproveitamento econômico dos resíduos sólidos.

VII- à participação em programas de educação ambiental promovidos pelo Município.

Art. 6º. Para garantir a efetividade dos princípios fundamentais da organização do Sistema de Limpeza Pública do Município de Jarinu, o munícipe tem o dever de:

I - acondicionar corretamente os resíduos sólidos para a coleta, na forma desta lei e da regulamentação;

II - respeitar as condições e horários de prestação do serviço estabelecidos na regulamentação;

III - responsabilizar-se pela coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos que ultrapassem a massa ou volume dos serviços essenciais divisíveis, tais como entulhos e grandes objetos, na forma desta lei e da regulamentação;

IV - responsabilizar-se pela coleta, transporte, tratamento e destinação final de animais mortos de sua propriedade, na forma desta lei e da regulamentação;

V - obedecer às regras relativas à destinação final dos resíduos sólidos, na forma desta lei e da regulamentação;

VI - zelar pela preservação dos bens públicos relativos aos serviços de limpeza urbana e aqueles voltados para o público em geral;

VII - comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos por operadores dos serviços de limpeza urbana;

VIII - contribuir ativamente para a minimização dos resíduos, por meio da racionalização dos resíduos gerados, bem como à sua reutilização, reciclagem ou recuperação;

IX - efetuar o pagamento das taxas previstas nesta lei.

X - participar de programas educativos e campanhas de conscientização promovidos pelo Município.

TÍTULO II

DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JARINU

Art. 7º. O Sistema de Limpeza Pública do Município de Jarinu é o conjunto integrado pelo Poder Público, pelos usuários, pelos operadores, pelo órgão regulador, pelos bens e processos que, de forma articulada e interrelacionada, concorrem para a oferta à coletividade dos serviços de manejo dos resíduos sólidos, juntamente com os serviços de limpeza pública prestados diretamente pelo Município de Jarinu.

Art. 8º. No âmbito da prestação de serviço de manejo dos resíduos sólidos, são considerados usuários:

I - o munícipe-usuário, entendido como a pessoa física ou jurídica que gerar resíduos ou auferir proveito decorrente da



prestação dos serviços de limpeza pública;

II - a pessoa jurídica responsável pela coleta, transporte de resíduos, em relação aos operadores de tratamento e destinação final;

III - a Prefeitura Municipal de Jarinu, representando a coletividade ou parte dela.

Art. 9º. Os serviços de manejo dos resíduos sólidos compreendem as seguintes atividades:

I - a coleta, transporte, triagem, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza;

II - a implantação e operação de transbordo e transferência, bem como de unidades de processamento, tratamento e destinação final, necessárias à execução dos serviços previstos no inciso I;

III - a implantação e operação de sistemas de triagem e separação dos resíduos sólidos;

Art. 10. Considera-se operador do Sistema de Limpeza Pública toda pessoa jurídica que explore economicamente os serviços de limpeza pública ou quaisquer das atividades que lhe são inerentes.

§1º Não serão considerados operadores aqueles que se dedicarem às atividades referidas no “caput” deste artigo, de maneira isolada, esporádica, gratuita ou não sistemática.

§2º Os operadores do Sistema de Limpeza Pública se dividem em:

I - concessionários: os operadores que contratarem com a Administração Pública a prestação, por sua conta e risco, dos serviços divisíveis de limpeza pública em regime público, mediante concessão, nos termos desta lei;

II - permissionários: os operadores que, mediante permissão, prestarem os serviços divisíveis de limpeza pública em regime público, nos termos desta lei;

III - autorizatários: os operadores que, mediante autorização, prestarem os serviços de limpeza pública em regime privado, nos termos desta lei;

IV – contratados ou credenciados: os operadores que contratarem com a Administração Pública a prestação dos serviços indivisíveis de limpeza pública em regime de empreitada regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 ou outra que venha a substituí-la, e obtiverem o credenciamento perante o município de Jarinu.

TÍTULO III

DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO

Art. 11. O Sistema Municipal de Limpeza Pública engloba os serviços prestados em regime público que, divisíveis ou

indivisíveis, em função de sua essencialidade e relevância para o cidadão, para o meio ambiente e para a saúde pública, o Poder Público Municipal obriga-se a assegurar a toda a sociedade, no território do Município, de modo contínuo e com observância das metas e deveres de qualidade, generalidade, proteção ambiental e abrangência, respeitadas as definições desta lei.

Art. 12. Os serviços de limpeza pública prestados em regime público sujeitam-se aos deveres de universalização e de continuidade, cujas metas serão definidas na forma estabelecida no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Jarinu.

§ 1º Os deveres de universalização são aqueles que objetivam permitir o acesso e fruição dos serviços de limpeza pública a qualquer pessoa, independentemente da localização de seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

§ 2º Os deveres de continuidade são aqueles que visam permitir ao usuário dos serviços sua fruição de forma ininterrupta, sem paralisações injustificadas e em condições adequadas de uso, qualidade, segurança e regularidade.

Art. 13. Os operadores dos serviços de limpeza pública, seja de forma direta ou indireta, assim como os operadores dos serviços de manejo dos resíduos sólidos sujeitos ao regime público são obrigados a assegurar sua continuidade.

Parágrafo único - Não configurará descontinuidade a suspensão ou o atraso, isolado ou circunstancial, do serviço, ditados por razões de força maior ou por eventos cuja ocorrência não seja de responsabilidade direta ou indireta do operador, desde que devidamente justificado.

Art. 14. Para assegurar a continuidade dos serviços prestados em regime público, em caso de situação emergencial e excepcional comprometedora do funcionamento dos serviços, da segurança das pessoas, obras, equipamentos e outros bens, o Município de Jarinu poderá:

I - contratar a prestação dos serviços em regime de empreitada ou locação de serviços, nos termos da legislação aplicável;

II - expedir autorização para a prestação dos serviços, em caráter precário, nos termos da legislação aplicável;

Art. 15. Segundo sua natureza, os serviços de limpeza pública prestados em regime público classificam-se em:

I - serviços divisíveis;

II - serviços indivisíveis essenciais; e

III - serviços indivisíveis complementares.

Art. 16. Integram os serviços divisíveis as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de:

I - resíduos sólidos e materiais de varredura residenciais;



II - resíduos sólidos domiciliares não-residenciais, assim entendidos aqueles originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, com características de Classe 2, conforme NBR 10004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, até 200 (duzentos) litros por dia;

III - resíduos sólidos originados de feiras livres e mercados, desde que corretamente acondicionados;

IV - outros que vierem a ser definidos por regulamento.

Parágrafo único - Os serviços divisíveis poderão ser executados pela Prefeitura, direta ou indiretamente, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, ou outra que venha a substituí-la, ou delegados aos particulares, em regime de concessão ou permissão.

Art. 17. São serviços de limpeza pública urbana indivisíveis essenciais, entre outros:

I - a conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do Município;

II - a varrição e asseio de vias, viadutos, elevados, praças, túneis, escadarias, passagens, vielas, abrigos, monumentos, sanitários e demais logradouros públicos;

III - a raspagem e a remoção da terra, areia, e quaisquer materiais carregados pelas águas pluviais para as ruas e logradouros públicos pavimentados;

IV - a capinação do leito das ruas, bem como o condicionamento e a coleta do produto resultante, assim como a irrigação das vias e logradouros públicos não-pavimentados, dentro da área urbana;

V - a limpeza e desobstrução de bueiros, bocas-de-lobo, poços de visita, galerias pluviais e correlatos;

VI - a remoção de animais mortos, de proprietários não-identificados, de vias e logradouros públicos;

VII - a limpeza de áreas públicas em aberto.

Parágrafo único - Os serviços indivisíveis essenciais serão prestados pela Prefeitura, direta ou indiretamente, por meio de empresas contratadas, em regime de empreitada ou locação de equipamentos e serviços, conforme a definição da Lei Orgânica do Município, nos termos da legislação que rege a matéria.

Art. 18. São serviços indivisíveis complementares os demais serviços indivisíveis de limpeza pública, que tenham natureza paisagística ou urbanística.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 102 da Lei Orgânica Municipal, a delegar a prestação dos serviços de limpeza pública em regime público, mediante concessão, permissão ou contratação, na forma e nos termos desta lei, observadas, no que couber, as disposições das Leis

Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 7 de julho de 1995 e Lei Federal nº 11.079/2004, todas com suas alterações posteriores.

Art. 20. A outorga da prestação dos serviços de limpeza pública em regime público por meio de concessão dependerá de prévia licitação, na modalidade de concorrência pública.

Art. 21. O prazo da concessão será determinado no edital de licitação, em função do estudo de viabilidade econômico-financeira da concessão e não excederá o limite máximo de 35 anos, admitida sua prorrogação por igual ou menor período.

TÍTULO IV

DO CUSTEIO DO SERVIÇO PRESTADO EM REGIME PÚBLICO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os serviços prestados em regime público serão custeados por:

I - receitas integrantes do Fundo Municipal de Limpeza Pública - FMLP destinadas a essa finalidade;

II - receitas provenientes do orçamento geral do Município;

III - recursos, obtidos mediante convênio ou forma equivalente, da União, dos Estados ou do Distrito Federal;

IV - doações efetuadas por pessoas físicas e jurídica;

VI - receitas decorrentes da arrecadação da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos.

SEÇÃO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA

Art. 23. Fica instituído no Município de Jarinu, o Fundo Municipal de Limpeza Pública - FMLP, destinado a:

I - custear os serviços de manejo dos resíduos sólidos, que incluem os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, no Município de Jarinu; e

II - custear os serviços de limpeza pública, de forma residual.

Parágrafo único - O Fundo Municipal de Limpeza Pública - FMLP terá contabilidade própria, vinculada à Secretaria Municipal Serviços Públicos, que registrará todos os atos a ele pertinentes.

Art. 24. Os recursos do Fundo Municipal de Limpeza Pública - FMLP serão depositados em conta especial, vinculada exclusivamente ao atendimento de suas finalidades, mantida em instituição oficial.



Parágrafo único - Não será permitida a utilização das receitas destinadas às referidas contas especiais para quaisquer outras finalidades que não as dispostas na presente lei.

Art. 25. Constituirão recursos do Fundo Municipal de Limpeza Pública - FMLP:

I - receitas decorrentes da arrecadação da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos;

II - dotações orçamentárias próprias e créditos suplementares a ele destinados;

III - as receitas provenientes de multas arrecadadas na fiscalização dos serviços de limpeza pública;

IV - os recursos de origem orçamentária da União e do Estado destinados ao desenvolvimento urbano e à limpeza pública;

V - juros e resultados de aplicações financeiras;

VI - contribuições ou doações de outras origens;

VII - o produto da execução de créditos relacionados à limpeza pública inscritos na dívida ativa.

§1º As receitas decorrentes da cobrança da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e as demais receitas, decorrentes de outras fontes, destinadas ao custeio do serviço de manejo de resíduos, que incluem os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, destinar-se-ão exclusivamente a esse fim.

§2º O saldo positivo apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio Fundo.

SEÇÃO III

TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 26. Fica instituída a Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos destinada a custear este serviço público no Município de Jarinu.

Art. 27. Constitui fato gerador da taxa, a utilização efetiva ou potencial do serviço público divisível, prestado ou posto à disposição, relacionados no art. 16 desta Lei.

Parágrafo único – Consideram-se serviços de Manejo de Resíduos Sólidos, para efeito de cobrança da Taxa de que trata este artigo, as seguintes atividades:

a) a retirada periódica de lixo nos prazos e nas formas estabelecidas pelo órgão de limpeza pública, de imóveis de qualquer natureza ou destinação;

b) o transporte e o tratamento dos resíduos sólidos;

c) a destinação sanitária dada ao lixo coletado, na forma ambientalmente adequada.

Art. 28. O Município poderá conceder incentivos aos usuários que adotarem práticas de minimização de resíduos, como compostagem, reciclagem seletiva e reaproveitamento econômico, na forma a ser regulamentada por Decreto.

Art. 29. O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel situado em logradouro ou via em que os serviços relacionados no artigo 27 sejam prestados ou postos à sua disposição.

Art. 30. A base de cálculo da TMRS é o custo econômico dos serviços prestados rateado entre os lotes constantes do cadastro imobiliário municipal, observadas as seguintes disposições:

I – para os lotes constantes no cadastro imobiliário municipal, considerar-se-á a somatória entre os lotes edificadas e não edificadas;

II - para os lotes edificadas, considerar-se-á a metragem total das áreas construídas lançadas no cadastro imobiliário municipal;

III – para os lotes não edificadas, considerar-se-á a área total do terreno.

§1º O custo econômico dos serviços prestados consistente no valor necessário para a adequada e eficiente prestação do serviço público e para a sua viabilidade técnica e econômico-financeira atual e futura;

§2º Para os efeitos do disposto no caput, o custo econômico do serviço público de manejo de resíduos sólidos compreenderá, exclusivamente, as atividades administrativas de gerenciamento e as atividades operacionais de coleta, de triagem e de destinação final, ambientalmente adequada, de resíduos domiciliares ou equiparados, observado o disposto no inciso X do art. 3º da Lei Federal nº 12.305, de 2010, ou outra norma que a substitua.

§ 3º A composição, o cálculo do custo econômico dos serviços referidos no § 1º deste artigo, os critérios e os fatores limitantes do lançamento da taxa serão estabelecidos por Decreto.

§ 4º Visando a modicidade da TMRS, deverão ser descontadas na composição do custo econômico dos serviços eventuais receitas obtidas com a cobrança de preços públicos por atividades vinculadas, complementares ou acessórias às suas atividades fins, bem como as receitas decorrentes de multas, encargos moratórios e outras eventuais receitas não operacionais, compensadas as respectivas despesas.

§5º O Custo econômico do serviço será calculado sobre o custo da operação atualizado pelo IPCA, ou outro índice oficial que o substitua, com a data base em outubro referente ao exercício anterior ao da cobrança da TMRS.

Art. 31. Para as áreas edificadas a apuração do valor será realizada mediante o custo total da operação multiplicado



pelo percentual de lotes edificadas constantes da totalidade do cadastro imobiliário municipal, dividido pela área total construída multiplicada pela área edificada correspondente a cada unidade, conforme fórmula abaixo:

$TMRS = ((C * \%LC) / Atc) * Ai$, onde

TMRS = Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos

C = custo anual da operação

% = percentual referente ao total de lotes com área construídas constantes do cadastro

LC = Lotes com construção

Atc = área total construída

Ai = área edificada individual do imóvel

Art. 32. Para as áreas não edificadas a apuração do valor será realizada mediante o custo total da operação multiplicado pelo percentual de lotes não edificadas constantes da totalidade do cadastro imobiliário municipal, dividido pela área total do terreno multiplicada pela área correspondente a cada unidade, conforme fórmula abaixo:

$TMRS = ((C * \%LSC) / Att) * Au$, onde

TMRS = Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos

C = custo anual da operação

% = percentual referente ao total de lotes sem edificação constantes do cadastro

LSC = Lotes sem construção

Att = área total dos terrenos

Au = área da unidade do lote

Art. 33. O valor do metro quadrado para fins de lançamento da TRMS, assim como as demais disposições necessárias à sua aplicação, serão fixados por Decreto do Poder Executivo, que produzirá efeitos no exercício subsequente, em conformidade com os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 34. Consideram-se como imóveis de interesse social ou de baixa renda aqueles que se enquadrem cumulativamente nos seguintes critérios:

I – Sejam destinados exclusivamente à moradia;

II – Possuam área construída de até 40m²;

III – Estejam cadastrados como “residencial social” no cadastro imobiliário municipal; e

IV – Sejam de propriedade ou posse de pessoa física com

cadastro ativo no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

§1º A comprovação da situação prevista no inciso IV deverá ser realizada anualmente, até 31 de outubro, mediante requerimento do interessado acompanhado da documentação comprobatória.

§2º O benefício previsto neste artigo terá validade anual e deverá ser reavaliado periodicamente, observada a manutenção das condições que lhe deram origem.

Art. 35. As famílias ou indivíduos beneficiados por programas federais de transferência de renda, vinculadas ao Cadastro Único terão um desconto de 50% do valor da taxa.

Art. 36. A cobrança da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos incidirá sobre todos os imóveis com área edificada, devidamente inscritos no Cadastro Imobiliário Municipal, e ocorrerá:

I – Anualmente, com vencimento conforme calendário do carnê do IPTU;

II – De forma única, conforme lançamento do tributo predial e territorial urbano correspondente;

III – Parcelada, seguindo a quantidade de parcelas do tributo predial correspondente;

IV – O documento de cobrança deve destacar individualmente os valores e os elementos essenciais de cálculos das taxas, tarifas e outros preços públicos lançados para cada serviço.

§1º A taxa será lançada em conjunto com o carnê do IPTU, podendo ser objeto de cobrança separada nos casos em que o imóvel esteja isento do imposto, mas sujeito à Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos.

§2º A arrecadação da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos será destinada exclusivamente à cobertura dos custos operacionais e contratuais dos serviços de manejo de resíduos sólidos.

Art. 37. O recolhimento da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos fora do prazo estabelecido sujeitará o contribuinte à incidência de multas, juros e demais acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 38. O pagamento da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e das penalidades a ela referentes não exclui:

I – O pagamento:

a) de preços pela prestação de serviços especiais contratados, expressa ou tacitamente, entre o usuário e o prestador de serviço de limpeza pública;

b) das penalidades decorrentes do exercício da fiscalização de posturas referentes à limpeza pública;



II – O cumprimento de quaisquer normas e exigências relativas à coleta de lixo ou a execução e conservação da limpeza das vias e logradouros públicos.

Art. 39. Ficam isentos do recolhimento da taxa:

I – Os entes da Administração Pública Municipal direta e indireta, relativamente aos imóveis de sua propriedade, ou ainda os que lhes forem cedidos a qualquer título, enquanto perdurar a cessão.

II – Os imóveis tributados pelo ITR;

III – Ficam isentas da cobrança da Taxa, as garagens correspondentes a apartamentos em conjunto superpostos com dois ou mais pavimentos.

§ 1º As garagens a que se refere o caput deste artigo são aquelas desincorporadas da área comum dos prédios e que possuam escritura própria, gerando uma nova unidade imobiliária.

§ 2º Consideram-se conjuntos superpostos ou agrupamentos formados por duas ou mais unidades de habitação, comércio ou serviços, agrupados verticalmente, em terreno com frente para logradouro público oficial.

Art. 40. Serão isentos do recolhimento da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos os imóveis comerciais ou industriais, quando os proprietários, compromissários ou locatários, demonstrarem que os serviços de execução de coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos sólidos produzidos serão realizados por empresa especializada contratada às suas expensas, em regime privado, observadas as exigências previstas em legislação específica.

§1º Para fazer jus ao benefício fiscal referido no caput deste artigo, os interessados deverão apresentar em cada exercício, até 31 de outubro, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte, os documentos em protocolo administrativo específico:

I - Requerimento preenchido para a finalidade de isenção e taxa administrativa de protocolo;

II - Título de propriedade atualizado do imóvel;

III - Ficha cadastral imobiliária do imóvel ou cópia do carnê de IPTU onde constem os dados do imóvel;

IV - Cópia do CPF e RG ou do CNPJ do requerente;

V - Cópia do ato constitutivo, devidamente atualizado, se pessoa jurídica;

VI - Instrumento de procuração, se o caso e CPF e RG do procurador;

VII - Cópia contrato de locação, se o caso;

VIII - Cópia do contrato de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos sólidos urbanos, válido para o ano exercício em que se pretende a outorga do benefício;

§2º Anualmente, o pedido deverá ser renovado, por intermédio de requerimento do interessado.

Art. 41. A Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos não incide nos imóveis situados nas vias e logradouros nos quais o serviço não for prestado ou posto à disposição.

TÍTULO II

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 42. A fiscalização e aplicação de sanções administrativas constantes deste Título competirá à Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

SEÇÃO I

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS OPERADORES

Art. 43. As ações ou omissões, que importem violação ao estabelecido nesta lei ou nas demais normas aplicáveis à organização do Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos, bem como a inobservância dos deveres decorrentes dos instrumentos de delegação do serviço público, sujeitarão os operadores infratores, sem prejuízo das de natureza civil e penal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária;

IV - caducidade;

V - suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

VI - declaração de inidoneidade.

Art. 44. Toda acusação será circunstanciada, permanecendo em sigilo até a sua completa apuração.

Art. 45. Nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa.

Parágrafo único - Poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes nas seguintes situações:

I - risco de descontinuidade da prestação do serviço em regime público;

II - dano grave aos direitos dos usuários, à saúde pública ou ao meio ambiente; e



III - outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

Art. 46. Na aplicação das sanções serão considerados, com vistas à sua proporcionalidade:

I - a natureza e a gravidade da infração;

II - os danos dela resultantes ao Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos, à saúde pública, ao meio ambiente, aos usuários ou aos operadores;

III - a vantagem auferida;

IV - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

V - os antecedentes do infrator, inclusive eventuais reincidências.

Art. 47. Nas infrações praticadas por pessoa jurídica, verificada a má-fé, também serão punidos com a sanção de multa seus administradores ou controladores.

Art. 48. A existência de sanção anterior será considerada como agravante na aplicação de outra sanção.

Art. 49. A multa poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção.

§ 1º Na aplicação de multa será observado o princípio da proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

§2º A regulamentação fixará os parâmetros para a imposição da penalidade de multa.

§3º O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de promover a devida regularização

Art. 50. A suspensão temporária será imposta, em relação à autorização, no caso de infração grave cujas circunstâncias não justifiquem a decretação de caducidade.

Parágrafo único - O prazo de suspensão não será superior a 30 (trinta) dias.

Art. 51. A caducidade importará na extinção da concessão, nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 52. As penalidades de suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade, serão aplicadas ao concessionário que não cumprir as obrigações constantes do contrato de concessão ou que tenha praticado atos ilícitos, inclusive aqueles que visem a frustrar os objetivos da licitação, na forma da lei.

§1º - A declaração de inidoneidade vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante Município, que será concedida sempre que o apenado ressarcir a

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração.

§2º - As penalidades de que trata este artigo poderão ser cumuladas com a decretação da caducidade da outorga.

SEÇÃO II

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS MUNICÍPIOS-USUÁRIOS

Art. 53. As ações ou omissões que importem violação ao estabelecido no artigo 6º desta Lei ou nas demais normas aplicáveis à organização do Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos sujeitarão os infratores, sem prejuízo das de natureza civil e penal, às seguintes sanções aplicáveis pelo Município:

I - advertência; e

II - multa.

Art. 54. Na aplicação das sanções serão considerados, com vistas a sua proporcionalidade:

I - as condições pessoais do infrator;

II - a natureza e a gravidade da infração;

III - os danos dela resultantes ao Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos, à saúde pública, ao meio ambiente, aos usuários ou aos operadores;

IV - a vantagem auferida;

V - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

VI - os antecedentes do infrator, inclusive eventuais reincidências.

Art. 55. Nas infrações praticadas por pessoa jurídica, verificada a má-fé, também serão punidos com a sanção de multa seus administradores ou controladores.

Art. 56. A existência de sanção anterior será considerada como agravante na aplicação de outra sanção.

Art. 57. O valor da multa, que poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção, será estabelecida por meio de Decreto.

Parágrafo único. Os valores das multas deverão ser reajustados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 58. O não cumprimento da obrigação de destinação adequada dos resíduos sólidos por parte dos grandes geradores, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:



I – Advertência, na primeira infração de natureza leve;

II – Multa administrativa, no valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por infração, aplicável em caso de:

a) ausência de contratação de transportadora licenciada;

b) omissão ou falsa declaração sobre a quantidade e tipologia dos resíduos;

c) destinação inadequada dos resíduos sólidos.

III – Multa diária, em caso de não atendimento a notificações da fiscalização municipal para correção ou comprovação de destinação regular;

IV – Suspensão ou cassação do alvará de funcionamento, em caso de reincidência grave ou risco iminente ao meio ambiente ou à saúde pública.

§1º As penalidades previstas neste artigo possuem vigência imediata, podendo ser regulamentadas por decreto.

§2º A aplicação das penalidades previstas neste artigo não afasta outras sanções previstas na legislação ambiental ou sanitária municipal.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. O Poder Executivo poderá editar normas complementares para disciplinar:

I – A instituição de comitê de gestão, regulação, fiscalização e acompanhamento do Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos, incluindo a regulação da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos, bem como pela proposição de melhorias nos serviços vinculados;

II – Para conceder incentivos aos usuários que adotarem práticas de minimização de resíduos, como compostagem, reciclagem seletiva e reaproveitamento econômico;

Parágrafo único – Competirá ao Comitê de Gestão, regulação, fiscalização e acompanhamento, por ato próprio a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo por Decreto, instituir ou contratar agência reguladora dos serviços de manejo de resíduos sólido e dos serviços de limpeza pública.

Art. 60. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas se necessário.

Art. 61. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover as revisões, adequações e alterações, no que couber, especialmente quanto a origem, receitas e previsões orçamentárias proporcionais à arrecadação proveniente da Taxa pela Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano-Plurianual a vigorarem a partir

do exercício de 2026.

Art. 62. O custo dos serviços de coleta, remoção e destinação final do lixo, poderá ser subsidiado parcialmente, através de ato próprio do Poder Executivo.

Art. 63. A Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei por meio de Decreto a ser publicado no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei Complementar.

Art. 64. Esta Lei Complementar entra em vigor 90 (noventa) dias depois da data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte, revogadas as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MARILIZA SCARELLI SORANZ
Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

YOSHIAKI SAITO
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 243 DE NOVEMBRO DE 2025

Altera o Item (1) das Notas do Anexo III – Parâmetros de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo para as Zonas Urbanas da MZU, da Lei Complementar nº 201/2020, que dispõe sobre Parcelamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Jarinu/SP

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. O item (1) das Notas do Anexo III – Parâmetros de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo para as Zonas Urbanas da MZU que faz parte integrante da Lei Complementar nº 201, de 21 de outubro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ (1) O número mínimo de vagas de estacionamento é indicado por Unidade Habitacional (U. H.) ou por metragem quadrada de área construída, podendo ser complementado por indicação de medida mitigadora, conforme o Anexo V – Níveis Máximos de Incomodidade por Atividades Não Residenciais e Medidas Mitigadoras Obrigatórias.

Para as vias classificadas como arteriais na Lei Complementar 221, de 07 de outubro de 2022 - Plano de Mobilidade, ficam proibidas as vagas de estacionamento no recuo frontal, exceto para as atividades não residenciais enquadradas nas categorias NR1 (Compatível) e NR2 (Tolerável), com construções de Pequeno Porte (até 500,00 m²) e Médio



Porte (de 501,00 m² até 2.000,00 m²).

Nesses casos, será permitida a ocupação do recuo frontal com vagas de estacionamento, desde que devidamente justificado e aprovado pela Secretaria de Mobilidade e Planejamento Viário, e desde que observadas as disposições sobre rebaixamento de guia definidas na Lei Complementar nº 221/2022 – Plano de Mobilidade Urbana”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ROSE REGINA NOVAES MINGOTTI
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

HELIO CALIXTO FERREIRA
Secretário Municipal de Mobilidade e Planejamento Viário

ADMINISTRAÇÃO | Concurso Público

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 03/2025

COMUNICADO Nº 09 – DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA

APLICAÇÃO EM 23/11/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, por meio do INSTITUTO MAIS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TORNA PÚBLICO os Gabaritos das Provas Objetivas realizadas no dia 23 de novembro de 2025.

Serão admitidos recursos a serem interpostos contra:

- Aplicação da Prova Objetiva nos dias 24 e 25 de novembro de 2025; e
- Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva nos dias 25 e 26 de novembro de 2025, quando será disponibilizado, na Área Restrita do candidato, um exemplar do Caderno de Questões do Cargo referente à Prova realizada.

Para recorrer, o candidato deverá acessar o site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e clicar no link “Meus Concursos”, digitando o seu CPF e sua senha de acesso, e seguir as instruções ali contidas.

O Recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter o seu questionamento.

Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados em desacordo com as especificações contidas no Capítulo dos Recursos, do Edital nº 03/2025, fora do prazo estabelecido, sem fundamentação lógica e consistente e/ou com argumentação idêntica a outros Recursos, ou contra terceiros.

A Banca Examinadora constitui última instância para Recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão Recursos adicionais.

O candidato deverá observar as normas e os procedimentos dos Recursos contidos no Edital nº 03/2025, do Concurso Público.

A decisão do “Deferimento” ou “Indeferimento” de Recurso será dado a conhecer coletivamente e por meio de publicação no site do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br), na data prevista de 10 de dezembro de 2025.

O Resultado Provisório das Provas Objetivas está previsto para ser divulgado em 10 de dezembro de 2025.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Comunicado.

Jarinu/SP, 24 de novembro de 2025.

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

GABARITOS DAS PROVAS OBJETIVAS APLICAÇÃO EM 23/11/2025

104 – Auxiliar de Manutenção																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	D	B	C	D	D	C	C	D	A	B	C	A	A	B	A	A
105 – Auxiliar de Serviços Gerais																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	D	B	C	D	D	D	C	A	B	B	C	A	A	B	B	C
106 – Borracheiro																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	D	B	C	D	D	D	C	A	B	B	C	A	A	B	B	C
107 – Coveiro																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	D	B	C	D	D	D	C	A	B	B	B	A	A	C	B	C
108 – Cozinheiro																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	D	B	C	D	D	D	C	A	B	D	C	A	A	C	C	C
109 – Eletricista																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	D	C	A	C	C	C	B	D	B	B	C	C	B	C	B	C
111 – Guarda de Patrimônio																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	C	B	D	C	C	C	B	C	D	C	A	D	C	A	D	
112 – Operador de Máquina																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	D	C	A	D	B	C	A	C	D	A	D	C	B	C	B	C	D	A

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

113 – Pedreiro																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	B	C	A	B	C	D	B	B	D	C	B	D	A	A	A	
114 – Pintor																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	B	A	C	D	B	D	A	C	B	C	D	D	C	A	B	C	C	D	B	A	A	D	C	A	C	D	B	C	A	
116 – Mecânico																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	B	C	B	D	A	B	A	D	A	B	D	C	B	B	C
117 – Motoboy																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	D	D	C	A	B	A	C	A	A	A	D	B	B	D	B
118 – Motorista																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	B	C	B	D	A	B	B	C	D	A	C	D	A	C	
119 – Motorista de Ônibus																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	B	C	B	D	A	B	A	D	C	B	B	D	A	D	C
120 – Servente																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	C	B	C	A	B	B	C	C	D	A	D	B	D	B	
121 – Soldador																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	B	B	C	B	D	A	B	D	C	D	B	B	A	B	D
122 – Motorista																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	B	B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	D	A	B	B	B	A	D	B	A	B	B	C	D	C	A	C	B	B	C	C	A	B	A	D	D



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

340 – Administrador																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	C	C	A	B	A	D	B	B	B	A	C	A	B	C	B	B	B	D	
341 – Analista Contábil																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	A	C	D	A	B	A	D	B	A	C	A	D	C	B	B	B	C	A	C	A
342 – Arquiteto e Urbanista																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	A	C	C	B	C	C	D	A	A	D	A	A	D	C	B	C	B	A	D	D
343 – Assistente Jurídico																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	D	B	D	B	C	C	D	A	C	C	D	C	A	D	B	A	B	C			
344 – Assistente Social																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	D	C	C	A	D	B	A	A	B	D	A	B	B	C	D	C	D	D	B	C
345 – Bibliotecário																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	D	C	D	A	B	A	B	A	D	A	B	C	D	C	C	A	C	B	D	A
346 – Biólogo																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	A	B	C	D	B	A	A	B	D	C	A	D	C	A	D	B	C	B
347 – Comunicação Social																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	D	A	B	C	C	D	B	A	A	C	C	A	C	B	A	D	C	A	D	B	C
348 – Contador																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	C	B	A	C	C	D	A	D	B	D	C	A	B	C	A	D	A	B	D

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU Estado de São Paulo

349 – Controlador Interno																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	A	A	C	D	C	B	C	A	A	B	D	C	A	B	D	C	B	D	B		
353 – Farmacêutico																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	A	B	D	C	A	A	A	D	C	B	D	A	B	C	B	B	A	B			
354 – Fiscal Ambiental																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	A	D	C	B	D	R	A	A	C	C	B	A	D	D	C	D	C	A	
355 – Fiscal Tributário																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	C	B	B	C	A	B	D	D	B	C	B	A	D	C	B	C	A	D	
356 – Fisioterapeuta																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	B	B	C	A	C	D	B	A	B	D	A	D	C	B	B	D	B	C	B	A	
357 – Fonoaudiólogo																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	C	B	B	C	A	D	B	D	C	A	D	A	D	D	D	A	A		
358 – Jornalista																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	C	B	C	A	D	A	D	C	A	D	A	C	B	A	D	B	C	C	
359 – Nutricionista																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	C	B	B	D	C	B	B	D	C	B	C	B	C	A	A	C	A	C	
360 – Professor de Educação Física																																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
D	C	D	B	A	C	B	B	D	C	B	C	A	D	D	B	D	B	D	B	C	D	A	D	B	B	A	A	B	A	C	A	B	A	D	C	B	D	B	C	C